

Intervenção do Senhor
Deputado Cláudio Lopes
proferida aquando da discussão
do Plano e Orçamento para 2006

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados
Senhor Presidente
Senhora e Senhores Membros do Governo

Discute-se neste Parlamento a proposta de plano de investimentos do Governo Regional para o próximo ano em todas as ilhas dos Açores.

Embora sendo Deputado Regional, venho a esta tribuna para proceder a uma breve apreciação política ao que este plano propõe para a ilha do Pico, ilha pela qual fui eleito e em relação à qual tenho responsabilidades políticas mais directas. Análises globais ao documento já aqui foram feitas por colegas da minha bancada, com maior competência, profundidade e pertinência.

Será uma intervenção curta, pois o tempo que a nossa bancada dispõe é muito escasso.

Será uma intervenção crítica, pois não espero que sejam os deputados da posição a fazê-la, assim como também espero que os deputados da posição considerem natural o tom da minha intervenção.

Depois de analisar o plano que aqui está em discussão, de constatar o que ao Pico está destinado, compará-lo com o todo Regional e também com anos anteriores, não gostei dos elementos que entretanto fui registando.

Não sofro da cegueira política de querer demonstrar que o plano não tem virtudes, claro que têm, muito mal estaríamos todos nós se não as tivesse, mas compete-me, como deputado da oposição, realçar as suas omissões, as suas incoerências ou até as suas penalizações em relação à ilha do Pico.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente

Senhora e Senhores Membros do governo

Em relação ao Pico este plano é um plano de continuidade no tempo. As obras emblemáticas que decorrem no Pico, são compromissos eleitorais que datam de 1996. Têm portanto no mínimo nove anos de tutela socialista. E mais, estou convencido que se arrastarão até ao final desta legislatura e atingirão a idade política de 12 anos desde o seu compromisso público até à sua realização concreta.

Por isso neste domínio nada temos de novo. Como nada temos de novo relativamente a muitos outros compromissos socialistas para com as populações do Pico, que aguardam o seu cumprimento. E eles encontram-se divulgados em manifestos dos últimos três actos eleitorais que precederam as três legislaturas de Governação socialista e em muitos comunicados de Conselhos de Governo. Por outro lado, se fizermos também uma leitura dos memorandos do Conselho de ilha e dos pareceres dos três municípios do Pico ao longo destes 9 anos, sobre os planos anuais do Governo, constataremos que a realidade não é tão cor-de-rosa assim na ilha do Pico, por mais que se esforcem os Senhores Deputados do PS e os Senhores Membros do Governo a pintá-la dessa cor.

Não havendo tempo para entrar em pormenores, porque não o tenho, vou apenas relevar um dos aspectos que mais me impressiona, pela negativa, neste plano e em relação ao Pico.

Em 2006, o investimento regional global aumenta cerca de 13 milhões de euros, (2,5%), em relação a 2005. Em todas as Ilhas o investimento sobe, excepto na ilha do Pico que desce cerca de 11 milhões de euros, (27,4%) relativamente ao que foi proposto no ano passado, para aquela ilha.

O investimento proposto para o Pico em 2005 representava 7,1% do todo regional. Em 2006 representa 5% desse mesmo valor.

Obviamente que nada me move contra o que às outras ilhas é destinado pelo contrário, fico satisfeito com o bem dos outros, ou não fosse eu militante de um partido humanista, o PSD Simplesmente como picoense e como deputado eleito pela ilha do Pico não posso ficar satisfeito nem calado perante tal tratamento diferenciado, sendo ele negativo no contexto regional.

O Pico, que tradicionalmente ocupava o 3º ou 4º lugar no “ranking” regional, em matéria de investimento público, passa agora para 5º lugar, ou seja o meio da tabela.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente

Senhora e Senhores Membros do Governo

Há contudo um dado novo neste plano responsável por este reenquadramento financeiro do Pico em matéria de investimento no plano regional. As cinco ilhas chamadas da coesão passam a ter um hipotético nível de investimento muito superior ao que antes acontecia. E digo hipotético, porque como já aqui nesta Assembleia ficou demonstrado e muito bem, a utilização ou não das verbas destinadas aos apoios às empresas, designadas por fundo de coesão não depende da boa vontade do Governo, mas sim da capacidade de iniciativa das empresas e da sua real capacidade em investir. São por isso, de alguma forma, uma ilusão, que podem transformar-se numa desilusão.

Deliberadamente, a “3ª dinastia do reinado de César” deixou o Pico de fora das ilhas da coesão. Naturalmente porque se considera que o Pico está muito desenvolvido e já não necessita de estímulos públicos para continuar a crescer. O Pico merece continuar a crescer, tem os seus empresários revelado grande capacidade de iniciativa e de concretização, mesmo perante grandes dificuldades. O Pico tem revelado grande dinâmica e possui fortes potencialidades para continuar a crescer. Pode no entanto crescer mais rapidamente se forem criadas condições para tal. Por exemplo se os seus empresários forem mais apoiados e estimulados para o investimento.

O que me parece que isto tem de grave é que esta opção política do Governo se baseia em pretensas sensibilidades e numa estratégia de piscar o olho às ilhas mais pequenas. É que não se conhecem critérios objectivos e estatísticos que suportem esta opção.

Onde estão os estudos que orientaram o Governo Regional a tomar esta opção de excluir o Pico dos apoios para se atingir a coesão regional?

Qual é o grau de coesão económica da Ilha do Pico em relação à média regional? Não sei, mas gostava de saber. Fico com a sensação que os Senhores também não sabem. Dir-me-ão que é assim porque é assim. Pois este é o tipo de resposta a que já nos habituaram.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente

Senhora e Senhores Membros do Governo

No Pico falta ainda fazer muita coisa, infelizmente. É por isso que temos de continuar a lutar. E temos, sobretudo, de reclamar deste governo tantas promessas feitas aos picoenses ao longo destes 9

anos e que tardam em ser cumpridas. Nesta matéria os deputados da oposição têm de ter um papel activo. É o que nos compete e é o que, responsabilmente, procuramos fazer.

Finalmente, diria que:

O plano de 2006 é como uma fornada de pão que é distribuída por nove filhos. Só que uns recebem massa sovada (lêveda) e outros recebem pães ázimos (não levaram levedura). Ao Pico neste plano coube pão ázimo, ou seja, aquele que não levou levedura.

Tenho dito.